Ata da Audiência pública sobre a "Proposta de Revisão do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte", de responsabilidade da CPLA – Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, realizada no dia 03 de novembro de 2016, na cidade de Ilhabela.

Realizou-se, no dia 03 de novembro de 2016, às 17 horas, no Ginásio de Esportes "Oscar Schmidt – Polo de Educação Integrada de Ilhabela", Rua Gerson Peres de Araújo, 400, Barra Velha, Ilhabela/SP, a audiência pública sobre **a "Proposta de Revisão do Zoneamento Ecológico Econômico do Litoral Norte", de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA/SMA.** Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Executivo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Antonio Luiz Colucci, Prefeito do Município de Ilhabela, Maurício Calil, Secretário de Finanças do Município de Ilhabela e Ronaldo Monteiro, Secretário de Finanças do Município de Ilhabela – aos representantes do Poder Legislativo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Onofre Sampaio Júnior, Vereador de Ilhabela; aos representantes do Ministério Público – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Maria Cappucci, Procuradora da República – MP Federal, e Tadeu Badaró, Promotor do Ministério Público Estadual; – aos representantes das entidades da sociedade civil e ambientalistas – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Vinícios Julião, vice-Presidente da OAB de Ilhabela, Cláudia Keriber, da Associação Ambientalista Terra Viva – Ilhabela, Gilda Nunes, da Associação dos Moradores do Sul da Ilha; Edson Lobato, do Instituto de Conservação Costeira; Ricardo Anderaos, da Ilhabela.org; Carlos Nunes, do Instituto Ilhabela Sustentável; Jorge Guaracy Ribeiro, do Instituto de Boas Práticas Ambientais – Ilhabela; Felipe Garcia dos Santos, da Associação de Pesca Seleta de Ilhabela; Maria Inez Ferreira, da Ilhabela Convention & Visitor Bureal; Angélica de Souza, da Associação Amor Castelhanos; e Salete Magalhães, da Associação Protetora dos Animais de Ilhabela - APAILHA; - dos Ilustríssimos Senhores do Poder Judiciário; da Polícia Militar Ambiental; dos órgãos públicos; dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento e Meio Ambiente, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre a **"Proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte", de responsabilidade da Coordenadoria de Planejamento Ambiental – CPLA, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.** Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, propostas de zoneamento, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria dos estudos, projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra para garantir àqueles que tenham algo a dizer que possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou do representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele/ela. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em prosseguimento, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAs que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, justificando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim poderão manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitos pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, tendo deste modo ocasião de opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que o desejasse e ainda não houvesse se inscrito, por sua vez o fizesse. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por Eduardo Trani, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental-CPLA e representante da área responsável pela proposta que está sendo discutida, e por até dois membros do CONSEMA, eventualmente presentes à audiência, no caso, da Assessora da CPLA/SMA e também conselheira, Lúcia Bastos Ribeiro de Sena, que assim como o conselheiro Roberto Francini Junior, representam o CONSEMA, os quais convidou a participar da Mesa. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, havendo saudado os presentes, ressaltou o importante papel desempenhado pelos técnicos do Sistema Ambiental Paulista e pelas municipalidades diretamente envolvidas na concretização do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte, fruto de um trabalho de muitos anos. Em seguida, apresentou breve histórico do projeto – discorreu acerca de sua relevância, abordando a evolução histórica do processo de discussão de que resultou o documento atual; ressaltou que o ZEE em questão fora criado em atendimento às prementes demandas do gerenciamento costeiro estadual, como resultado das diretivas impostas pela Política Nacional de Meio Ambiente e escorado na Lei Estadual 10.019/98. Destacou que, de 1998 até a presente data, apenas o Litoral Norte do estado e a Baixada Santista terminaram seus ZEEs. Acrescentou que estão ainda em andamento, os ZEEs do Litoral Sul e do Vale do Ribeira, que compõe o conjunto dos quatro setores costeiros aos quais se aplicam a lei estadual de 1998. Dissertou sobre a importância do zoneamento costeiro para garantir o desenvolvimento sustentável, da conservação ambiental e nortear as diretrizes de licenciamento e da fiscalização ambiental. Lembrou quanto a necessidade de que os Planos Diretores dos Municípios estejam adequados e alinhados aos ZEEs. Abordou alguns dos principais aspectos relacionados à elaboração da proposta, tais como a questão relativa à conservação da Mata Atlântica, a dinâmica de ocupação do território e suas implicações nos planos demográfico e econômico e o modo como foram levados em conta no projeto os planos de manejo nas áreas de conservação e a agricultura familiar praticada na região. Lecionou acerca de cada zona concebida no ZEE, exaurindo suas particularidades e especificidades. Enfatizou que o processo de elaboração do ZEE percorreu, desde 2007 um caminho de construção coletiva e democrática, período em que o grupo nomeado para conduzir esse trabalho participou de 72 reuniões com grupos setoriais, além de reuniões com representantes dos municípios e com as comunidades tradicionais. Destacou todas as vertentes ambientais, sociais e econômicas que foram levadas em conta para a elaboração do trabalho. Explicou todas as faixas de classificação por zonas, para as áreas continentais e marinhas, que vão de Z1 a Z5 e suas respectivas taxas de utilização e metas de conservação e especificidades. Ressaltou que a maioria das áreas continentais de Ilhabela classificam-se na faixa Z4 OD, na qual existe a possibilidade de uso urbano, no entanto, com meta de conservação ainda maior, correspondente a 60%. Indicou não existir a Zona Z5 para o município de Ilhabela, mas, mesmo assim, explicou que para a Z5 não foram definidas regras, uma vez que caberá aos Municípios defini-las em seus Planos Diretores de Uso e Ocupação do Solo. Explicou que a Z5 OD destina-se a algumas poucas áreas, para indústrias de baixo impacto, tal como é feito no Plano Diretor. Do mesmo modo, os usos e atividades permitidas para as áreas marinhas e entre marés, são classificados de Z1 a Z5 com as especificações das classes de uso das estruturas náuticas. Projetou o mapa do litoral norte que inclui Ilhabela, resultado das revisões realizadas em 2016, com as especificações e determinações do zoneamento finalmente proposto. Alertou para os prazos de recebimento de contribuições ao zoneamento, e antecipou as etapas seguintes em sua tramitação, estabelecendo, em cronograma aproximado, dezembro próximo, o prazo limite para a apreciação do documento pelo CONSEMA e, isento de eventuais imperfeições e aprimorado naquilo que couber, será encaminhado ao Palácio do Governo. **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente esclareceu

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

que as contribuições poderão ser protocoladas durante as audiências públicas, ou encaminhadas pelo correio ou meio eletrônico, à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, até o dia 11 de novembro p.f. O Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho** com base naquilo que prevê o artigo 7°, da Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011 passou a palavra a Antonio Luiz Colucci, Prefeito do Município de Ilhabela. O Prefeito, **Antonio Luiz Colucci** cumprimentou a conselheira Lúcia Bastos Ribeiro de Sena, os demais integrantes da mesa diretora e os técnicos pelo desenvolvimento dos trabalhos, e toda a sociedade civil pela participação nas discussões. Revelou sua felicidade ao constatar o avanço do mapa do zoneamento, após sete anos de trabalho e de discussões que resultaram na retratação do que de fato é a realidade. Destacou o entendimento de que já existia uma zona urbana instalada na região do Bonete, o que justifica fosse classificada diferentemente, em Z4 OD2, de forma a permitir a manutenção dos moradores, que veio a estabelecer a Z2, com um adendo especial para as comunidades tradicionais, como se pretendia. Demonstrou suas discordâncias quanto ao enquadramento da região da Barra Velha como Z2, por se encontrar na foz do rio mantendo-se a 50m da APP, assim como sobre o enquadramento do Morro do Espinho como corredor ecológico, visto não existir interligação, devido a existência de avenidas, casas e bairros. Apresentou sua discordância também quanto a classificação Z2 A para as duas orlas do extremo da cidade, em Ponta das Canas, pois defende a continuidade da classificação dessa área como Z4 OD, devido a existência de diversos empreendimentos imobiliários já instalados no local. Discordou também de que o trecho, compreendido entre a Ponta da Sela até os Borrifos, seja classificado como Z2, para o qual defendeu seja mantida a classificação Z4 OD. Apontou para que seja estabelecida a classificação Z2 no trecho Borrifos-Sepetiba. Das áreas apontadas destacou que, há sete anos a prefeitura, não emite licenças para a instalação de novos empreendimentos imobiliários nessas áreas, o que indica não haver qualquer tipo de interesse particular. Afirmou que tais discordâncias decorrem do não entendimento do motivo pelo qual se deve alterar a classificação de áreas urbanas, já ocupadas, para áreas rurais. No entanto, reconheceu que ouve avanço de forma geral, dentro de um ambiente amplo de discussões. Informou que teria que se ausentar para a abertura do Festival da Banana, um dos eventos que já ocorre há três anos na região, para o qual convidou a todos a participar, ao final da audiência. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do Ministério Público. **Maria Capucci**, Procuradora da República, disse não entraria no mérito técnico das questões que foram colocadas. No entanto, quanto às preocupações do prefeito de Ilhabela, a Procuradora, esclareceu que em relação ao que já existe e foi aprovado, de forma correta, não há com que se preocupar. Com relação ao processo do ZEE, esclareceu que o Ministério Público tem acompanhado, não para definir as cores a serem atribuída às áreas, ou na elaboração do texto de determinada Lei, mas sim, como fiscal do atendimento a Constituição e da Lei e para garantir que os processos se desenvolvam de forma válida, principalmente, no que se refere ao atendimento aos direitos da sociedade e aos princípios democráticos do direito a participação das decisões. Explicou que esse princípio democrático é exercido pelos representantes eleitos pelos setores e também pela própria sociedade que é destinatária da norma. Parabenizou os representantes da sociedade civil de Ilhabela pela sua participação, a qual teve a oportunidade de constatar, ao longo do período que vem acompanhando o processo, fato que não constatou em outras cidades, nas quais observou ter ocorrido uma clara crise de representatividade. Destacou, que por meio das audiências públicas, também ocorre a participação direta da sociedade, cujo papel é de grande relevância, necessário e previsto no regimento do Zoneamento Ecológico e Econômico, fruto daquilo que determina a Constituição Federal. Discorreu sobre a enorme responsabilidade que incide da participação popular nas audiências públicas, que segundo a Constituição Federal, é um dever compartilhado ente a administração pública, Ministério Público e, principalmente, pela sociedade civil. Portanto, tem o papel do Ministério Público de garantir a participação qualificada da população, inclusive das comunidades tradicionais nesse processo. Esclareceu que além da participação nas audiências, é extremamente importante que se tenha o acesso prévio as informações de forma a garantir a qualidade dessa participação que não pode ser meramente formal, mas que também do ponto de vista material, ofereça as condições de opinar e deliberar sobre um assunto. Por derradeiro, parabenizou a equipe da CPLA pelo desenvolvimento do trabalho, o qual vem acompanhando desde 2013 e pode constatar ter ocorrido ganhos no processo e qualificação das informações, a partir do momento que a nova equipe

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

assumiu o comando. Destacou ter ficado muito feliz das comunidades tradicionais de Ilhabela terem sido ouvidas, após muita reinvindicação Observou que após a abertura feita pela CPLA, as comunidades tradicionais não buscaram o MP solicitando esclarecimentos sobre o processo. Ressaltou, no entanto, que acaso surja por parte das comunidades tradicionais a necessidade de mais esclarecimentos, estes serão prestados. Discorreu sobre a crise de representatividade vivida hoje pela sociedade brasileira, haja vista o número de votos nulos e brancos ocorridos nas últimas eleições e parabenizou aos presentes na audiência, principalmente aos representantes das comunidades tradicionais do Bonete, dos Castelhanos e demais comunidades e destacou que para garantirem a participação enfrentaram, inclusive, a travessia do mar bravo do Bonete. **Tadeu Badaró**, Promotor de Justiça do GAEMA do Litoral Norte, frisou que após a Dra. **Maria Capucci**, Procuradora da República, ter enfatizado a importância da participação disse que gostaria de compartilhar sua preocupação em relação a importância da consciência quanto aos problemas ambientais. Na qualidade de Promotor Ambiental relatou que à medida que estuda as questões ambientais, mais angustiado se sente, porque mais claro fica, que no futuro, os problemas serão ainda maiores do que se imagina. Disse que chamava muito a sua atenção a dificuldade que todos possuem de compreender a importância dos avisos e alertas sobre os problemas ambientais. E nesse sentido, resgatou que as previsões da comunidade científica em relação a eles, existem desde a década de 60, quando começou a se desenhar o movimento ambientalista. Afirmou que muitas das previsões feitas acabaram se confirmando e, a despeito disso, continua a se ignorar todas elas. Como exemplo, destacou os alertas sobre os problemas hídricos, que apesar de previstos, foram ignorados. Tais alertas, lembrou, foram considerados discursos extremistas, catastrofistas e que atrapalhavam o desenvolvimento, ao ponto de continuar na mesma marcha de desenvolvimento irresponsável e predatório. Em consequência disso, assistirmos a ocorrência de processos irreversíveis de seca em alguns pontos do planeta que geram a movimentação de milhões de pessoas, consideradas refugiadas ambientais. Lembrou que São Paulo já viveu uma crise hídrica, algo impensável, que não será a última. Fatalmente, o litoral Norte também vivenciará a crise hídrica apesar de continuar a se ignorar isso. Na década de 90, quando da Eco 92, o problema do aquecimento global começou a ficar melhor desenhado e o Painel Interamericano Ambiental da ONU fez uma previsão de que se continuássemos nessa marcha de crescimento, da forma como sempre foi feita a partir da Revolução Industrial, a temperatura do Planeta subiria, no mínimo, 3,5 °C, na época considerado um discurso xiita e catastrofista, hoje constatou-se que subiu 3,9°C. Ressaltou tratar-se o aquecimento global, um problema seríssimo, quase irreversível. Destacou as informações constantes do Relatório de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico elaborado pelo Grupo de Cooperação Internacional, formado por 34 países, sobre as últimas previsões do cenário ambiental global. A previsão, segundo tal relatório, é de que teremos ainda para os próximos 30-35 anos, mais de 85% da energia produzida a partir de combustíveis fósseis; o colapso do sistema hídrico; a perda de biodiversidade e a redução dos recursos florestais. A partir do quadro ofertado, questionou a partir de quando surgira a consciência sobre tais questões. Apelou no sentido de que todos passem a incorporar a questão ambiental na ordem do dia, como prioridade pessoal e dos órgãos Públicos e Ministério Público, da mesma forma que se passe a entender que a sociedade precisa reduzir seu grau de consumo. Nesse sentido disse que ainda lamenta pelo fato de que a SMA serva de barganha para se conseguir o apoio político nas campanhas eleitorais, fato que se reproduz também no âmbito Federal e Municipal. Discorreu sobre as discordâncias que tem sobre pronunciamentos e ações empreendidas pelo Secretário do Meio Ambiente, tanto as relacionadas a impressão que se passa que as APPS dos cursos de água, representam entraves que atrapalham o agronegócio, quanto pela intenção de se ampliar a modalidade de licenciamento ambiental, por auto declaração. Paralelamente, lamentou a ocorrência do desmonte da fiscalização ambiental; de privatização de parte da Fundação Florestal; da ausência de estrutura e carência de funcionários para o exercício da fiscalização; e como última notícia que se tem quanto a intenção de tornar sigilosa as informações do Cadastro Ambiental Rural-CAR. Por outro lado, parabenizou a equipe da CPLA, o Dr. Trane e a Dra. Lúcia, pelo trabalho muito digno que fizeram. Disse que gostaria fosse registrado seu estarrecimento quanto aos fatos que reportou sobre as coisas que estão ocorrendo na SMA. Para a alteração desse cenário e correção dos rumos apontou a necessidade de haver a participação e a pressão da sociedade. Por derradeiro, externou sua expectativa que a próxima gestão

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

trate a SMA com o respeito que ela merece. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes da sociedade civil. **Cláudia Kerber**, representante da Associação Ambientalista Terra Viva – Ilhabela destacou que a aquicultura marinha, quando praticada em área de até 20.000 m^2 ou equivalente a 1000 m^3, é classificada como sendo atividade de baixo impacto, de acordo com um Decreto vigente, apesar dessa dimensão ser limitante, tanto em retorno econômico, quanto ao grau de impacto, que é maior devido a limitação das dispersões, conforme demonstrado por meio de modelagens elaboradas e apresentadas no grupo de discussão da APA Marinha, do qual participam a Prefeitura de São Sebastião e a Secretaria de Agricultura e Pesca. Lembrou ter a Associação dos Maricultores do Estado de São Paulo apresentado, a época das discussões, uma proposta que está sendo desconsiderada. Destacou a importância do papel da aquicultura familiar, que poupa o estoque pesqueiro, e o quanto será prejudicada pela limitação ora imposta. Pelas razões expostas, informou que protocou uma proposta para que se retire a restrição da área, de 20.000 m^2 ou equivalente a 1000 m^3 para a prática da aquicultura, pois da forma como está inviabiliza, definitivamente, a prática da piscicultura Marinha no litoral Norte do estado de São Paulo. Lembrou ainda que a questão do impacto ambiental será avaliado pela CETESB que é o órgão licenciador. **Gilda Nunes**, representante da Associação dos Moradores do Sul da Ilha agradeceu e parabenizou a equipe que elaborou o excelente trabalho, tecnicamente bem alicerçado. Dissertou sobre o problema da crise hídrica e seus reflexos no litoral Norte e Sul. Enalteceu a classificação técnica dada as áreas do Morro do Espinho, pois vários estudos e Planos de Manejo a classificam como sendo um corredor ecológico; e também à última área de mangue da APA Marinha do Litoral Norte. Destacou ter ocorrido um aprofundamento maior do estudo da parte terrestre, se comparado à região marinha, mas que na qualidade de representante setorial, estava bastante satisfeita. **Edson Lobato**, representante do Instituto Conservação Costeira e membro atuante do Instituto Bonete disse que também abordaria a questão da restrição da área para aquicultura anteriormente exposta pela Sra. Cláudia Kerber. Lembrou que, há meses, solicitou o aprofundamento desse assunto no Conselho da APA Marinha do Litoral Norte, da qual é membro, no sentido de que as potencialidades que existem na atividade de maricultura não sejam reduzidas. Solicitou que esse aprofundamento seja realizado, sem prejuízo àqueles que sobrevivem dessa atividade. Por outro lado, apontou, que as ampliações do Porto não param de ocorrer. Indicou ser um equívoco restringir a atividade das comunidades tradicionais, que devem sempre ser ouvidas. Destacou o quanto a tecnologia *google* permite o uso de imagens para verificar quais áreas ainda se encontram preservadas e devem ser conservadas, daquelas já antropizadas, cujo o uso pode ser flexibilizado, o que garante a legitimidade do processo. Reconheceu que o processo, sob a nova coordenação, além de assertivo, vem garantindo a participação da consolidação da proposta de ordenamento territorial. Enfatizou a importância do próximo passo que é a elaboração dos Planos de Ação para que as metas sejam atingidas. Lembrou que tal etapa inclui a execução do monitoramento e a fiscalização, e para tanto, devem ser fortalecidos os órgãos responsáveis por essas atribuições e, sobretudo da sociedade civil organizada. Parabenizou a equipe e a todos que participaram do processo de elaboração do plano. **Felipe Garcia dos Santos**, representante da Associação de Pesca Seleta de Ilhabela comentou que o Dr. Alexandre Eiji lhe incumbira da tarefa de falar sobre a pesca submarina amadora. Explicou que na pesca submarina, conhecida como pesca seleta, o pescador tem que escolher a presa que vai capturar, e isso a diferencia da pesca com rede. Detalhou que o pescador que utiliza arpão deve ter a licença amadora para exercer a atividade, que lhe permite pescar um exemplar de até 15 Kg de peixe. Prosseguiu na explicação das diferenças técnicas entre a pesca submarina, a amadora, inclusive a realizada com vara e caniço, das pescas de rede, arrasto e, finalmente, a pesca industrial. Indicou as áreas nas quais ocorrem a pesca submarina, segundo a Confederação Paulista de Pesca Submarina, a qual solicitou fosse também incluída nas discussões, tendo em vista o desenrolar das discussões, essa atividade não será permitida, apesar de serem emitidas licenças para tal. **Carlos Nunes dos Santos**, Presidente do Instituto Ilhabela Sustentável, relatou que o instituto analisou, aproximadamente, 40 mapas sobre as áreas de risco, elaborados pelo Comitê de Bacias, os quais se pode identificar, a ocorrência ou não, de recursos hídricos. Discorreu sobre seu posicionamento discordante daquilo que disse o Prefeito sobre a disponibilidade hídrica na área onde mora, que é urbanizada e foi alterada de G4 para G2 e da sua escassez nos bairros vizinhos. Sobre esse assunto, lembrou-se do relatório de Plano de Bacias elaborado e

CONSEMA
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

trazido a público, pela primeira vez em 2009, na primeira reunião do Comitê de Bacias, ocasião, na qual se encontrava o Prefeito, que disse não ter conhecimento do referido Plano. Disse que a disponibilidade da água é para 40.000 habitantes sendo que a população atual já atingiu 32.000 habitantes em Ilhabela. Destacou que é necessário que a SABESP seja avisada sobre esse problema, pois não há como fabricar água. Apesar de existirem Planos para as bacias hidrográficas e também para de resíduos sólidos, afirmou que os mesmos não foram considerados nas oito últimas gestões dos Secretários de Meio Ambiente. Demonstrou-se preocupado quanto ao destino das comunidades tradicionais, que são objeto de atuação do Ministério Público. Parabenizou o trabalho que vem sendo feito na SMA que conseguiu atingir pelo menos 90% das demandas existentes. **Ricardo Anderaos**, representante da Ilhabela.Org agradeceu o Dr. Tadeu por ter apresentado um painel global da questão ambiental e um *zoom* do panorama local. Discorreu sobre sua discordância quanto à classificação adotada para o Morro do Espinho, que na sua opinião deveria ser mantida mais restritiva para que se possa proteger as florestas e os recursos hídricos lá existentes. Ressaltou que a preservação do Morro do Espinho e de outras zonas resguardará o acesso à água nos próximos anos. **Jorge Guaracy Ribeiro**, representante do Instituto de Boas Práticas Ambientais – Ilhabela destacou que também compartilha com a preocupação apontada pelo Promotor Tadeu e disse serem poucas as pessoas que possuem ao mesmo nível de consciência para reverter o processo que ruma para uma catástrofe. Parabenizou pela iniciativa e pelo trabalho de alterar a lei que rege o gerenciamento costeiro, que começou há seis anos e não terá um termino. Externou sua preocupação de que a proposta não se restrinja apenas as audiências públicas, mas que a vontade dos moradores do litoral Norte do estado de São Paulo seja, efetivamente, respeitada pelo governo, uma vez que já foi desrespeitada por um decreto anterior. Também creditou como sendo importante que também seja considerada a manifestação do Promotor, sobre a forma como o meio ambiente no Estado está sendo conduzida. Lembrou que a ocupação imobiliária em determinado município fatalmente poderá afetar outro município, situação que deve ser evitada. Frizou a importância que se deve ter para que a gestão de um município não venha a atrapalhar a do outro. Quanto à questão hídrica, lembrou que a mesma tem sido objeto de questionamento por parte do Ministério Público. Ressaltou que, apesar de se pressupor que a sustentabilidade deva ser composta, de forma equilibrada, pela questão social, econômica e ambiental, o que se vê no Litoral Norte é o crescimento não conciliado com essas vertentes. **Anselmo Tambelini,** representante da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Ilhabela – disse que acredita ser o único planejamento regional que leva em consideração as relações do litoral Norte: Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba, em conjunto. No entanto, frisou ser importante repensar onde foi o erro, pois Ilhabela esta se tornando uma área continental fruto do não entendimento de quem a gerencia. Disse pressupor, por outro lado, que a discussão ora conduzida por parte do Estado não termine com uma redação, pois se isso ocorrer, a sociedade civil se tornará órfão do Estado, pois, de forma geral vem se mostrando descontente, pela ausência de respaldo do Estado, no que se refere a fiscalização. Entende que existe uma briga que envolve a especulação imobiliária, na qual o prefeito diz estar buscando solução. A comunidade quer viver em uma ilha com qualidade de vida e entende que o gerenciamento costeiro, a priori, traz essa esperança. **Maria Inez Ferreira**, representante de Ilhabela Convention & Visitor Bureau disse que vem acompanhando esse processo desde 2002, época em que era Presidente da Associação de Hotéis. Relatou que ao longo do tempo em razão desse segmento não se sentir representado e m função também do burburinho que existia na cidade de que as pousadas e a Marina seriam fechadas, levou o segmento a intensificar sua participação. Ao assumir a representação desse setor defendeu a atividade náutica pois, assim como a hoteleira, são essenciais para a movimentação do turismo da ilha. Em razão disso, e pelo fato de trabalhar 33 anos com pousadas em Ilhabela, é que teve condição de participar das discussões do ZEE, durante as quais defendeu a implementação de correções da lei, de forma a permitir tais atividades, o que melhorou a vida de todos. Nesse aspecto, teceu agradecimentos a Oliver e sua equipe perseverante, por terem aberto também um espaço para as comunidades tradicionais. Prestou agradecimentos cordiais a Dra. Maria, ao Dr. Tadeu, Dr. Daniel e a Dra. Valquíria e toda a equipe que os acompanhou nos momentos mais cruciais do processo de discussão. **Angélica de Souza**, representante da Associação Amor Castelhanos, disse ser esta, uma das maiores associações de representação dos caiçaras em Ilhabela. Destacou a peculiaridade e as características paradisíacas da Baia dos Castelhanos a qual

CONSEMA
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

denominou como sendo uma "joia rara", além da importância de suas áreas de manguezais, registrada pela pesquisadora Mariana Pierrot, desde 2012. Destacou a importância e a força que representa a pesca artesanal na região e também o fato da mesma não causar a degradação do meio ambiente, muito pelo contrário, ajuda a preservá-lo. Reclamou, contudo, que não foram consultados durante o processo e a presença durante a audiência foi garantida pela colaboração voluntária de caronas, que permitiram que chegasse até o local do evento. Considera como um dever e uma obrigação que as pessoas olhem com mais respeito para a comunidade tradicional de caiçaras de Ilhabela que recebe os turistas, pois caso isso não ocorra, tanto o meio ambiente, quanto as tradições culturais irão se perder. Além disso, destacou que a região é um paraíso que serve a todos sendo essa a razão pela qual a sociedade deve lutar para preservá-la para as gerações futuras. **Salete Magalhães**, representante da Associação Protetora dos Animais de Ilhabela – APAILHA, apontou como sendo muito importante que todos se unam e realmente tomem ações efetivas para melhorar a questão ambiental da cidade. Solicitou ao Governo do Estado a proteção tanto do Parque quanto da cidade, trazendo a Polícia Ambiental para a região. Frizou a importância da transformação dos valores para que se olhe a cidade como sendo uma ilha, no sentido de impedir o seu crescimento desordenado e o desmatamento. Comentou sobre a falta de respeito aos animais e a importância de impedir a caça indiscriminada. Destacou que apesar do movimento da sociedade civil organizada, do Ministério Público, de advogados e do Poder Legislativo, há necessidade que se promova a articulação entre as partes, de forma que trabalhem em harmonia e não de forma apartada. Denominou como nojenta a prática da rinha de galo que ainda existe. Passou-se a etapa na qual se manifestam as pessoas em seu próprio nome. **Edward Boehringer** apresentou-se como sendo indivíduo que militou durante muito tempo no Comitê de Bacias Hidrográficas e também no Gerenciamento Costeiro. Disse apontou, de forma exaustiva, a existência de centenas captações irregulares de água e de inúmeras outorgas oficialmente concedidas pelo DAEE, das quais gerencia três. Considerando a população existente em Ilhabela, destacou a problemática da oferta de água ser menor que a demanda, e nesse sentido, ofertou alguns números. Sublinhou tratar-se o Zoneamento Ecológico e Econômico, de uma ferramenta para a gestão controlada do espaço geográfico dos municípios, e que fará falta no futuro, considerando que a realidade tem o péssimo hábito de atropelar as melhores intenções. Disse que, infelizmente, o Decreto não contempla a classificação Z4. **Roberval Saad**, após parabenizar Eduardo Trane, ressaltou que se alguns ajustes tiverem que ser feitos, esse é momento para colocá-los em análise e concretizá-los, se for o caso. **Antônio Alexandre Lopes** explicou não ter se inscrito em nome da Associação dos Moradores de Deus da qual é membro, pois não sabia haver diferença de tempo de exposição. Lembrou que, Cláudia, ao expor a limitação da cubagem da área para aquicultura, disse que em 2000 m^2 e a 15 cm de profundidade só é possível criar *Lebiste*, que é uma espécie de peixe de aquário. Por esse motivo, espera que essa limitação de área seja alterada. Também referiu-se a limitação de área para a Marina e do problema de abastecimento de água em Ilhabela frente a expansão imobiliária. Denunciou que para suprir o abastecimento de 45.000 habitantes, os estudos da SABESP preveem tirar água de todas as cachoeiras que desaguam no mar, sem exceção. Disse estar assistindo a implantação de um empreendimento imobiliário no qual estão sendo implantadas um número de casas muito acima da capacidade do terreno, situação que deve ser freada. Destacou os pontos de conflitos existentes na classificação do Morro do Espinho e Hamburgo. **George Grego** dissertou sobre a problemática do crescimento desenfreado e a compatibilidade com a atividade turística de Ilhabela. Lançou dúvida se o turista vem à ilha para enfrentar congestionamento, o solo impermeabilizado pelo asfalto e os alagamentos decorrentes disso. Por outro lado, destacou que a garantia de emprego e renda vem do turismo e defendeu a manutenção do caráter de ilha e não de continente e, para tanto disse não temer que tal posição seja taxada como de elite. **Corina Essle** apresentou-se como sócia proprietária do terreno adquirido há 56 anos, localizado na divisa de Barra Velha, originário de um pedaço da antiga Fazenda Barra Velha. Relatou que ao saber da existência do Decreto do ZEE, por ser um assunto complexo, não ligado à sua formação, acabou levando a participando de muitas das reuniões de discussão, a ponto de passar a se interessar muito sobre o assunto. Relatou que a linha de conduta adotada para o desenvolvimento do trabalho e condução das discussões pautou-se no bom senso e na busca de soluções equilibradas entre os aspectos ambientais e econômicos, nos quatro municípios. Destacou ter sido levado

CONSEMA
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

em consideração o aumento da população do Litoral Norte, inclusive de Ilhabela, e o desafio de se encontrar soluções ambientais e econômicas para promoção da expansão ordenada e geração de empregos. Resumiu terem sido esses os princípios que nortearam a revisão do Decreto. Disse gostaria fosse registrada a história de sua vida em Ilhabela, pois ela não faz parte do documento que protocolou. Relatou que seus pais foram imigrantes alemães que recém chegados de uma guerra, se encantaram após a primeira visita que fizeram, ainda nos anos 50. Ente os anos 60 e 80 empreenderam três projetos que geraram empregos e a formação profissional de moradores locais na área pela qual estão pleiteando a adequação do zoneamento funcional, e onde se localiza a primeira fábrica de blocos de cimento de Ilhabela. Tiveram também a criação de cavalos e, destacou que na área central da propriedade foram plantados mais de 300 coqueiros e bananeiras e, que na época haviam pouquíssimas pousadas em Ilhabela, sendo uma delas de seus pais, que a implantaram pensando no futuro deles e na vontade de passar mais tempo na região. Como terceiro projeto, o pai construiu um galpão para servir como base de produção para uma empresa em São Paulo. Atualmente, o galpão é usado pela empresa para a produção de velas para Veleiros. Disse ter seus pais, infelizmente, falecido cedo, mas com o desejo atendido de serem enterrados em Gabriela. **Corina Essle** disse ter se casado na ilha, em uma época em que casar em Ilhabela não era moda. Revelou que o marido e três filhos são velejadores exímios e treinaram muito para campeonatos nacionais e internacionais no canal de São Sebastião. Tal relato, afirmou, comprova quão forte é seu vínculo com Ilhabela. Disse ter ficado claro também, que possuem plena consciência da importância desse momento de revisão de instrumento de lei que viabilizará também o desenvolvimento sustentável da área, da qual se pede a adequação do zoneamento e que corresponde a 35% do total da sua área, sendo que os outros 65% continuam a serem áreas preservadas, também com respeito ao programa do Plano Diretor de Ilhabela. Afirmou que, mesmo após tantos anos, ainda existem áreas preservadas em um dos bairros comerciais de Ilhabela, é porque "nós cuidamos dessa preservação". Finalizou afirmando que acredita na possibilidade do desenvolvimento econômico sustentável dessa área. **Marco Antônio Conversano** relatou que trabalha há mais de 20 anos na área ambiental e reconheceu que o desafio que representa alcançar o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente e a econômica. Destacou que a educação é um dos principais fatores para se atingir tal equilíbrio. frisou que tanto o estado, quanto o município, não têm interesse algum, nem dinheiro para manter uma área preservada e, quando isso ocorre, é por interesse de um proprietário específico. Discorreu sobre essa situação e os interesses desses proprietários em classificar suas áreas em determinadas faixas de zoneamento. Perguntou quem estaria representando os proprietários de Marinas, Pousadas e Garagens Náuticas. Reportou-se ao artigo 225 da CF. **Maria Cláudia França Nogueira** cumprimentou aos que estão participando de forma a contribuir na melhoria e no desenvolvimento desse processo democrático que vem ocorrendo há 40 anos em Ilhabela. Discorreu sobre sua trajetória de formação e aquisição de conhecimentos sustentáveis em engenharia de aquicultura, possíveis de serem implantadas em Ilhabela. Destacou a importância do estabelecimento da área ideal para o desenvolvimento da aquicultura que deve surgir a partir de consenso. Indicou o Canal de Toque Toque, em São Sebastião, como um local de grande potencial, utilizado por uma série de atividades, dentre as quais, citou a canoagem, o *surf*, com a prática de *Jet Ski*, assim como no Perequê, a canoagem. Desta forma, levantou a necessidade se se delimitar as zonas a serm utilizadas por banhistas e pela navegação, além da importância de se ter um olhar especial, também para o pequeno produtor de mariscos, ostras e de algas. Detalhou a forma pela qual se pode garantir a sustentabilidade com o cultivo de algas, cujo impacto positivo é a produção de oxigênio e a possibilidade de ser matéria prima para a produção de medicamentos antioxidantes. Colocou-se a disposição das pessoas que queiram discutir sobre como conciliar as atividades de forma sustentável, e para tanto, informou que pode ser encontrado no Perequê, próximo ao Farol da Ilha e da sede da Prefeitura. **Cláudio Vita** observou que tudo aquilo que ele tinha a dizer já havia sido dito. Destacou as diferenças de se desenvolver esse processo em Ilhabela e em uma megalópole como São Paulo. Disse que, devido a essas características acredita que Ilhabela pode ser um centro de experiência, ou seja, seria muito mais fácil corrigir determinadas situações. O importante seria decidir como tudo será levado adiante de maneira sustentável, respeitando a vocação local de Ilhabela que deve ser considerada como uma Ilha, com características próprias e não uma área continental dedicada a atividade comercial ou para o desenvolvimento industrial. Destacou os aspectos

CONSEMA
Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

especiais das atividades de construção civil, principalmente na fase final da implantação de uma obra, etapa na qual ocorre o desemprego daqueles que trabalharam na obra, fato que não acontece com a atividade de turismo, que preservas seus postos de trabalho. Discorreu sobre as diferenças do modo de vida idílico, que se podia vivenciar na Ilha, há alguns anos atrás, diferente da atual, pela mudança no espaço urbano. Nesse aspecto, disse acreditar que muito do que foi dito durante a audiência será importante para que se decida sobre aquilo que se quer deixar como legado para filhos e netos. **Maria Inez Fazzini** lembrou que, se hoje existe a necessidade de se planejar e discutir é porque, em 2004, foi feito um texto e um zoneamento que permitiu isso e também preservou Ilhabela. Tal planejamento já tem sido realizado desde 1989, momento em que se iniciou o macrozoneamento. A partir de 2001 foram desenvolvidos muitos documentos, por meio do planejamento participativo. Reforçou a importância de que se encare Ilhabela com a limitação de ilha que lhe é própria. Dentre as limitações destacou a questão hídrica, que qualificou como sendo muito séria. Tal limitação, asseverou, foi constatada em diversas ocasiões, encontra-se registrada em um documento digital elaborada pelo Comitê de Bacias e disponibilizado na biblioteca municipal de Ilhabela. Destacou que tal documento possui edições anteriores. Tal limitação também foi registrada em outros planos, assim como também o foi no Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental produzido de forma democrática e com participação popular. Citou também o Plano Gestor de Turismo de Ilhabela; Plano de Saneamento e de Resíduos Sólidos. Destacou, no entanto, que todos esses planos acabaram não sendo implantados. Pontuou como sendo fundamental que se pense na preservação de Ilhabela em função da sua limitação territorial. Propôs e indicou áreas nas quais o zoneamento deverá ser mais restritivo, justificando tais indicações. Destacou a importância de se impedir e controlar o avanço da expansão desenfreada. Demonstrou que gostaria que fosse também considerada a reivindicação dos pescadores artesanais, a espelho do que ocorreu em Caraguatatuba, onde todos foram convocados para o desenvolvimento de futuros planejamentos. Para que se garanta a implementação do Plano Diretor frizou a importância da participação da população para que de forma conjunta, se possa garantir a balneabilidade, a preservação das APPs e, por consequência, o turismo. Destacou a importância de se cuidar da preservação das APPs considerando aumentando sua abrangência ao longo dos cursos de água. Afirmou que Ilhabela precisa de desenvolvimento social e não crescimento e é possível fazer isso com turismo, com a atividade pesqueira e com preservação. **Daniela Marcondes** observou que a maioria dos assuntos importantes já haviam sido mencionados. Frizou, no entanto, a importância de que se considere o Planejamento Territorial que é o Plano Municipal da Mata Atlântica, construído de forma participativa e que contempla áreas de conservação, de extrema importância para o município. Nesse Plano ressaltou que as áreas da fazenda Cuiabá, do Morro do Espinho, Parque do Mangue e Ribeirão da Água Branca foram consideradas áreas de preservação nesse Plano Municipal que inclui uma área de corredor ecológico, muito importante. Por serem áreas extremamente importantes, propôs seja mantida a classificação Z2, ou talvez, até G1 como fora anteriormente proposto por Maria Inêz. Além das áreas anteriormente apontadas, disse gostaria também de incluir e manter a classificação Z2, para as áreas das Comunidades tradicionais e ao norte da Ilha, que se estendem desde da Ponta do Roçado até a Praia do Jabaquara e o sul da ilha da Ponta da Sela até Borrifos. **Michael Coleman** disse que não se reportaria como representante do Ilhabela Convention & Visitor Bureal, mas sim, em seu próprio nome. Parabenizou a todos, que independentemente do adiantado da hora, continuam presentes, o que demostrava o interesse pelo assunto. Destacou terem sido feitas várias apresentações sobre grandes e importantes ideias relacionadas aos aspectos constitucionais, legais, jurídicos e de problemas ambientais, dentre os quais destacou a questão hídrica. Frizou quão importantes são os efeitos diretos que tais leis têm no campo individual, os quais passou a dissertar. Relatou que, ao chegar há 6 anos em Ilhabela, adquiriu uma pousada semiacabada e abandonada, com alvará de construção, emitida pela Prefeitura. E, nesse contexto, disse que nunca imaginou que teria problemas de zoneamento. Após seu envolvimento com a comunidade dos hoteleiros, a qual se associou e é hoje denominada Convention & Visitor Bureal. Por causa do esforço da sociedade civil, a lei foi modificada, e a sua pousada não tem risco de ser declarada ilegal, ao que agradeceu a todos que trabalharam nesse sentido e ao grupo que desenvolveu uma proposta de projeto que denominou como sendo mais equilibrada e justa. **Melissa Vivaqua Rodriguez,** moradora da Ilha e professora da Universidade Federal

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

de São Paulo relatou que muitos dos assuntos abordados relacionam-se a grave crise ambiental planetária, sem precedentes, que o planeta vive. Corroborou a importância do exercício democrático para a consolidação do pensamento coletivo e de superação da crise do país. Nesse contexto, afirmou ser a audiência pública parte do processo de construção participativa, fruto de uma conquista da sociedade brasileira, que até pouco tempo, vivia sob um regime autoritário, época na qual esses momentos eram impossíveis. Dentro desse espirito participativo e de pressão popular, disse ter lhe causado certo estranhamento e desconforto, quando soube que teria apenas cinco minutos para fazer o uso da palavra. Disse não saber qual era o critério que decidia que as a inscrições para o uso da palavra, deveriam ser realizadas logo no início do processo da audiência. Discorreu sobre os possíveis fatores que podem incentivar o inibir o pronunciamento dos participantes de uma audiência. Expôs também a linguagem técnica que prevalente nesse fórum, a leitura de mapas com várias categorias de zoneamento, são fatos que exigem certo grau de compreensão do conteúdo. Salientou, portanto, o quão é difícil para populações tradicionais, expor seus pensamentos na frente de um mundo dos letrados, que utilizam uma linguagem mais técnica e jurídica. Por essa razão, observou que em nome de se atender a democracia mais procedimental, perde-se elementos importantes um momento fundamental de construção social. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes dos órgãos governamentais. **Camilo Terra**, representante da Ouvidoria Agrária do INCRA, explicou o motivo pelo qual o INCRA se faz presente, pois quando se pensa nele remete-se a latifúndios e fazendas, o que não caberia em Ilhabela, mesmo sendo uma das maiores ilhas do pais. No entanto, o INCRA se faz presente porque atua nos aspectos de administração e desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Litoral Norte, em Ubatuba, principalmente, aonde existem quatro quilombos. Também em Ilhabela destacou que o INCRA é chamado pelo Ministério Público e pelas comunidades tradicionais já que não existe uma previsão legal para que o governo Federal estimule o crescimento e a proteção das Comunidades Tradicionais. A Constituição Federal prevê que tais comunidades devem ser protegidas, no entanto, não existe nenhuma estrutura para isso, dentro do governo federal. Por esse motivo, explicou, o Ministério Público Federal chamou a Ouvidoria Agrária do INCRA para auxiliar no desenvolvimento dos trabalhos. Mesmo assim, assinalou que o INCRA está acompanhando o trabalho da GERCO de uma forma, distante, infelizmente, por conta da estrutura do órgão, no entanto, tratou de garantir a presença desse órgão na audiência de São Sebastião. Como caiçara de São Sebastião, da Praia da Enseada, disse traria uma contribuição também nesse sentido: primeiramente como representante de um órgão federal, complementaria os trabalhos técnico que vem sendo realizado, nos quais foram privilegiados os critérios técnicos que afastaram muitos dos interesses imobiliários, muito presentes, principalmente, em Ilhabela. Colocou à disposição, os técnicos e a estrutura do INCRA do Estado de São Paulo para a efetivação desse trabalho. Como caiçara disse ter sido parte de seu papel apresentar sua história de vida em Ilhabela, local onde nasceu há 42 anos e o cenário que presencia com sua família, que é totalmente diferente de quando era criança. Disse que não se sente feliz por constatar toda essa mudança, por se tratar de uma ilha e não de uma área continental. Discorreu a importante missão em prol da sobrevivência das comunidades tradicionais, a qual hoje defende na qualidade de servidor público Federal. Ressaltou também a importância de se desfrutar do meio ambiente de forma harmônica e sustentável de forma a garantir a qualidade de vida. Ao percorrer a Baía de Castelhanos de lancha, disse ter constatado a implantação de casas de milionários aonde não deveria haver edificações. Por esse motivo, apelou para que se busque o desenvolvimento e não o crescimento. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do poder executivo. **Ronaldo Monteiro**, Diretor de Geoprocessamento da Prefeitura de Ilhabella comentou não ser Ilhabela a mesma de muitos anos passados. Disse que, hoje, que não se pode deixar a bicicleta encostada em uma árvore sem que se corra o risco de não se encontrar nem a própria árvore. Afirmou que trechos das falas anteriores sumarizam aquilo que ele gostaria de falar. Lembrou ter participado como representante da Prefeitura, em um grupo setorial da GERCO, logo no início, em 2005, para dar início ao Plano de Gestão de Monitoramento, que lamentou, nunca ter sido implantado, apesar de sua importância. No entanto, disse que ficava feliz pelo trabalho estar sendo concluído, mesmo que ainda não seja o ideal, mas o melhor que pode ser feito dentro de uma conjuntura possível. Acrescentou acreditar que a população tradicional tenha sido ouvida e que muitos erros, que existiam em 2004, foram corrigidos. Antes de

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

passar a etapa das réplicas, o **Secretário-Executivo**, em resposta a Melissa Vivaqua Rodriguez**,** professora da Universidade Federal de São Paulo, esclareceu que a inscrição para o uso da palavra são realizadas pela mesa de recepção, por ordem de chegada das pessoas, pelo menos meia hora antes do início da audiência. As inscrições, ainda podem ser realizadas por mais uma hora e meia, após o início da audiência. Ressaltou que cinco minutos, antes do tempo regulamentar se esgotar, ele, Secretário-Executivo, ainda realiza um alerta público, para aqueles que tem a intenção de fazer o uso da palavra, e ainda não se inscreveram o façam, de forma a não perderem a oportunidade. **Francisco Carlos Kuzolitz** ao parabenizar a equipe do ZEE pelo trabalho disse que estava presente desde o primeiro minuto da reunião. Lamentou o fato de muita gente já ter ido embora e de não ter se inscrito para o uso da palavra por ter entendido, de forma errônea, que teria, a partir do momento da entrada, apenas cinco minutos para efetuar a inscrição. Apesar de muitas pessoas já terem ido embora, relatou ter escutado de um português, muito rico, o seguinte: "muita gente falando muita coisa, só não escutei uma coisa chamada educação, e, sem educação não se consegue nada". **Francisco Carlos Kuzolitz** disse que poderia discorrer horas sobre esse assunto, por ser uma pessoa antiga de Ilhabela. Relatou não ser nativo da ilha, mas praticante de caça submarina, todos os dias, nos meses de Novembro, Dezembro e Janeiro. Nesse período, disse ter conhecido muitos pais, de muitos presentes na audiência, das comunidades isoladas, e desta forma ajudou muita gente. E por essa razão, reconheceu que Deus o ajudou também, por ter ajudado a eles. Essa é a mensagem da terra, "aqui se faz, aqui se paga". Relatou um fato ocorrido há vinte anos quando em um passeio de barco encontrou um menino que havia pescado um peixe de um tamanho que resultou no seguinte questionamento que formulou ao menino: "mas você está pegando um peixe desse tamanho?". Ao que o menino respondeu: "Se eu não pegar, vem outro e pega". Se, há época, daquele menino já existisse uma restrição, essas garoupas estariam todas grandes. Portanto, afirmou que o problema começa na base, na educação, assunto que ninguém discorreu ao longo da reunião. Discorreu sobre a beleza enorme existente em Ilhabela, que considerou como sendo um paraíso, uma cidade que possui recursos monstruosos da Petrobrás. Disse que possui contrato direto com o setor do petróleo, e por esse motivo, sabe quanto dinheiro é destinado a cidade que, no entanto, sabe que vai acabar com uma canetada, em Brasília. Por esse motivo, defendeu que os royalties deveriam ser suficientes para dar início a esse processo de educação. Destacou também a importância do papel da fiscalização e do controle. Mas afirmou não existir fiscalização, nem punição, mas para coibir as irregularidades ela deveria ser implantada ao redor de toda a Ilha. Destacou alguns fatos importantes que ocorreram na Ilha. Superada a etapa das réplicas **Eduardo Trani**, Coordenador da Coordenadoria de Planejamento Ambiental e de Educação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, forneceu os comentários e esclarecimentos aos que se manifestaram. Explicou que da mesma forma que foi feito em Ubatuba e em Caraguatatuba faria uma síntese das principais questões e a perspectiva de continuidade do trabalho. Constatou que estiveram na audiência 250 pessoas de Ilhabela, o que é uma belíssima representatividade. Foram ouvidas mais de trinta e cinco intervenções e mais aquelas feitas pelos integrantes que compuseram a mesa, sendo que todas elas possuem um caráter bastante técnico e propositivo. Explicou que isso significa que Ilhabela e sua sociedade civil organizada, moradores e poder público, parecem ter uma visão prospectiva em relação ao trabalho que está sendo feito. Destacou que faz coro a fala final do representante da Prefeitura, Ronaldo Monteiro no que diz respeito a ser a melhor proposta possível, apesar das propostas feitas para os territórios nunca serem as ideais. Tais propostas deverão, contudo, ser executadas por meio de educação e de fiscalização com atuação conjunta da sociedade. Em relação as propostas específicas colocadas durante a reunião, inclusive a apresentada por Ricardo Anderaos, explicou que devem ser protocoladas, sobretudo aquelas sobre território. Se tais propostas não foram protocoladas durante a audiência, solicitou que sejam feitas até dia 11 de novembro p.f., para que a comissão da CPLA possa examiná-las, a luz da base técnica que criou esse trabalho. Reiterou que as alterações e as adequações somente serão feitas baseadas em critérios técnicos que baseiam o trabalho. Alertou que, em nenhum momento, as reivindicações baseadas em mudanças ocorrerão de forma isolada ou parcial. Destacou que dois assuntos lhe pareciam importantes em Ilhabela. Uma delas diz respeito ao PMMA – Plano Municipal da Mata Atlântica, instrumento importantíssimo, que deve ser adotado pela comunidade. Frisou como o mais importante, conforme defendeu Maria Inez Ferreira, é que se progrida

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

na elaboração de um bom Plano Diretor da Cidade. Várias sugestões apresentadas, demonstram uma tentativa de que um instrumento de caráter estadual do território responda as necessidades locais. Afirmou que as classificações Z4 e Z2 podem estar absolutamente restritas dentro de seus Planos Diretores, pois é nessa esfera que se pode regular o tamanho da propriedade, a profundidade do solo, o grau de permeabilidade, e de todos os instrumentos que cabem ao Plano Diretor. Remeteu-se a um certo equívoco, que ocorre, de forma geral, e não especificamente para Ilhabela que o ZEE é mecanismo pelo qual serão resolvidas todas as questões da dinâmica do território do município. Esclareceu que tal instrumento orienta quanto as restrições ambientais, sobretudo as metas de longo prazo. Reiterou que tudo o que foi dito durante a audiência será levado em conta pela comissão da CPLA e fará parte do relatório final que será levado ao CONSEMA. Ressaltou que as questões técnicas relacionadas à aquicultura estão sendo levadas em conta e pediu para que as mesmas sejam protocoladas. Frisou que essa discussão já veio à tona na audiência de São Sebastião e em outras oportunidades sendo que a solução geral será aquela que congregar o maior número de visões técnicas e jurídicas sobre esse procedimento. Como representante do Governo do Estado, salientou que gostaria de deixar registrado que a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente sob a liderança do Dr. Ricardo Salles, Secretário de Estado do Meio Ambiente, tem se pautado, desde seu início, na mais absoluta e total conduta técnica em relação a todo o processo do gerenciamento costeiro. Sobre a fiscalização ambiental afirmou que ela ocorre em várias instâncias e a Polícia Ambiental e atua fortemente e de forma direta no litoral norte e na Baixada Santista. Relatou que nessa última, a polícia militar foi absolutamente zelosa no acompanhamento de um enorme trabalho desenvolvido na região da Serra do Mar. Além disso, essa fiscalização que é procedida pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da SMA tem implementado uma série de tentativas para melhorar a forma de atuar, por meio da aplicação de Autos de Infração Ambiental e de processos de conciliação ambiental, dentro de um Programa muito importante da SMA. Citou também, como parte integrante do sistema ambiental a CETESB que, a despeito de toda a dificuldade técnica e de recursos humanos, atua de forma absolutamente fidedigna em todo o território do Estado de São Paulo. Destacou que o conjunto de esforços do Estado por meio de seu Sistema Ambiental têm sido muito grande, em suas diversas instâncias, inclusive no Instituto Geológico e Fundação Florestal. Nesse sentido, acentuou que a atual gestão da SMA tem se prestado a fazer algumas modificações para melhorar a eficácia dos objetivos do Sistema Ambiental, e esclareceu a necessidade de se levantar essa questão vez que o representante do Ministério Público afirmou haver riscos ou falta de cautela em relação aquilo que é absolutamente precípuo que é zelar pelo patrimônio Ambiental do Estado de São Paulo. **Germano Seara Filho**, Secretário-Executivo do CONSEMA passou a palavra ao representante do CONSEMA, o conselheiro **Roberto Francini Junior**. O conselheiro disse observou que na presente audiência que os embates lhe pareceram menos intensos e calorosos. Disse colocaria novamente a questão levantada pelo promotor, logo no início da reunião sobre dos grandes desafios ambientais, aos quais acrescentou o social. Dissertou sobre a problemática da concentração de riqueza dos recursos naturais em apenas 1% da população, fato que causa distorções sociais muito significativas, inclusive relacionadas a ocupações irregulares que acontecem nos municípios, fazendo inclusive com que as Prefeituras não tenham recursos para investir na fiscalização e na organização do seu território. Muitas dessas ocupações são favorecidas, inclusive, por questões eleitorais que os tornam reféns e só causam mais problemas ambientais, o que não deve ser diferente em Ilhabela. O conselheiro disse que, em sua cidade natal, Ubatuba, a polícia e a prefeitura derrubam os casebres e multam seus moradores, enquanto os ricos e os bacanas podem fazer a sua casa em local proibido, sem sofrer qualquer punição. O conselheiro disse que tais discrepâncias sociais precisam ser equacionadas, e também quais seriam os interesses que estão em jogo, não somente no ZEE, mas também quanto ao uso do território. Nesse contexto, apontou como os verdadeiros interessados a gente do povo, que não estão, por exemplo, nessa audiência pública, que é elitizada. Reclamou pelo fato dessa discussão não poder ser levada a toda a população precisando, portanto, de avanços, de forma que as populações se apropriem, efetivamente, dos territórios que vivem, e não somente que os exploram economicamente. O conselheiro ressaltou que, felizmente, houve mudanças para melhor, superando os equívocos de encaminhamento ocorridos de 2009 a 2016. Destacou que uma das melhorias foi a retomada do trabalho com a reincorporação de uma equipe

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

antiga da SMA para fazer o trabalho de revisão, que retomou o processo do ZEE. Dissertou sobre a necessidade de se proceder determinados ajustes no Decreto do ZEE, à realidade e não da maneira como estava pensando a equipe anterior, a qual pretendia uma revisão total do Decreto. Disse que concorda, plenamente, com aquilo que apontou Ronaldo Monteiro, Diretor de Geoprocessamento da Prefeitura de Ilhabela, com relação ao Plano de Ação de Gestão. O conselheiro ressaltou que há muito vem reclamando disso, inclusive no CONSEMA, pois acredita, que se tal plano já tivesse sido de fato implantado, haveria menos conflitos agora. Afirmou que não ter tal ferramenta, considerando o contexto político atual, o levava a concordar com a preocupação levantada pelo Promotor, quanto ao sucateamento que vem ocorrendo há muitos anos na SMA, instância essa na qual o Decreto será aprovado e após essa etapa, muito provavelmente os grupos não serão mais chamados a discutir o ZEE, por dez anos, momento em que será revisto e todo o embate do processo virá à tona, novamente. Esse grupo deverá acompanhar toda a elaboração dos Planos Diretores Municipais e verificar os possíveis ajustes, de forma que daqui a dez anos haverá um balanço dos acertos e dos erros relacionados as classificações das vocações dos municípios. Reportou-se também a uma questão que considera muito importante de que, não foi levado em consideração a luz dessa renovação, o Projeto da Orla, que trata especificamente da região costeira e que está sendo passado para gestão da prefeitura, por exemplo, fato que classificou como sendo temerário, tendo em vista, a dinâmica política municipal. Outra questão que mais o preocupa, disse o conselheiro, também ligada ao que o Promotor apontou, seria a falta de regulamentação do Plano Estadual de Mudanças Climáticas, promulgado pelo Governo do Estado, em 2009, por conter alguma forma de avaliação de áreas suscetíveis a inundações e escorregamentos. Destacou que o Instituto Geológico – IG também foi ouvido ao longo desse trabalho, no entanto, deveria haver uma estratégia para que se colocasse na pauta as questões de mudanças climáticas. Relatou que, na audiência de Ubatuba, recebeu a notícia do IPCC, de que no ano de 2015, constatou-se pela primeira vez, a estabilização das emissões dos gases de efeito estufa. E nesse contexto das mudanças climáticas, que causarão a elevação do nível dos mares, escorregamentos de encostas e da incidência de eventos extremos, questionou como serão enfrentados todos os problemas decorrentes dessas alterações em territórios ocupados próximos as praias e aos rios. Discorreu sobre a questão da característica de que o meio ambiente é um direito difuso e coletivo e a necessidade de proteger a biodiversidade e as estruturas que permitem a manutenção da vida, inclusive para as gerações futuras, considerando também as vertentes social e econômica. Destacou a importância do ZEE no contexto de harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, permitir a ampliação do Porto de São Sebastião, com alças de acesso e duplicação do trecho da serra, de forma a viabilizar a exploração do pré-sal pela Petrobras. Lembrou que Ubatuba, tem uma área de Mata Atlântica que corresponde a 80% do seu território, que corresponde a 7% da área total existente no Brasil. Finalizou lançando o questionamento de que, caso se opte por viver no bioma da Mata Atlântica, como poderá se garantir o desenvolvimento igual as pessoas que vivem nos grandes centros. Ou seja, o grande desafio a ser enfrentado será conciliar as expectativas daqueles que saem de São Paulo para morar em Ilhabelha, no Rio de Janeiro, ou em qualquer lugar que é bioma de Mata Atlântica – Patrimônio da Biosfera - e tem toda essa área preservada, mas que por outro lado, também precisa ganhar dinheiro, crescer e se desenvolver. Nesse cenário, destacou a importância de se encontrar e implantar mecanismos para superar esses desafios, tais como o ICMS Ecológico, ou de compensação de áreas de preservação, este último ainda que previsto na Constituição Federal, ainda não foi regulamentado. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o Secretário-Executivo do CONSEMA, **Germano Seara Filho**, esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados após a data da última audiência que ocorrerá em 04 de novembro, em São Sebastião, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da SMA, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado. E, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. Eu, **Rosana Maria Henrique**, responsável pelo Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 – Prédio 6, 1ºAndar CEP 05459-010 São Paulo – SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 Fax.: (0xx11)3133-3621 E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br